



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SEE/SUAG

Brasília-DF, 28 de maio de 2021.

Referência: 00080-00063691/2017-11

Interessado: TCDF/SEDF

Assunto: Cumprimento das Decisões nº 5644/2017 e 1994/2019 - Processo TCDF nº 6040/2017

À Unidade de Controle Interno - UCI,

Em atenção ao disposto no Despacho - SEE/GAB/UCI (62421118), encaminho os autos para que seja requerido junto ao Egrégio Tribunal de Contas do DF a dilação do prazo para apresentação das memórias de cálculo de todas as tabelas apresentadas pelas áreas técnicas, no que se refere a glosa de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), tendo-se em vista o item III.c da Decisão nº 1994/2019.

Atenciosamente,

MAURÍCIO PAZ MARTINS

Subsecretário de Administração Geral

DODF Extra nº 27-A, 30 de março de 2021, p.01.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO PAZ MARTINS - Matr. 00344966**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 28/05/2021, às 15:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **62881231** código CRC= **DEC4B3E3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF

3901-2302



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Assessoria Técnica

Ofício Nº 532/2020 - SEE/GAB/ASTEC

Brasília-DF, 27 de outubro de 2020.

Assunto: Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017

Excelentíssima Senhora Presidente,

Cumprimento-a e reporto-me à **Decisão nº 1994/2019**, exarada nos autos do **Processo n.º 6040/2017-e**, que trata da Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017, senão veja-se:

Decisão nº 1994/2019

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, e dos documentos acostados aos autos (peças 50, 56 e 62 a 73); b) dos documentos protocolados nesta Corte sob os e-DOCs nºs. 2491BEAB-c e 6DC6F61B-c, apresentados pela representante legal da empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; II – considerar: a) cumprido o item II.n da Decisão nº 5.644/2017; b) não cumpridos os itens II.a e V da Decisão nº 5.644/2017; III – reiterar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF as seguintes determinações, devendo ser encaminhadas ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas adotadas e dos resultados alcançados: a) o item II.a da Decisão nº 5.644/2017, para que regularize as designações dos coexecutores de cada Regional de Ensino para os Contratos listados na Tabela 1 da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria; b) o item II.j da Decisão nº 5.644/2017, para que implemente, quando da renovação contratual, a operacionalização de conta corrente vinculada para retenção provisória de encargos trabalhistas nos contratos de terceirização vigentes, bem como naqueles que vierem a ser celebrados; c) o item V da Decisão nº 5.644/2017, para que proceda à restituição ao erário do montante de R\$ 1.563.529,26, decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale transporte quando das repactuações contratuais, no âmbito do Contrato nº 58/2011, conforme levantamento realizado no Papel de Trabalho – PT 03; IV – determinar à SEDF as seguintes ações, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa à Empresa Contratada, devendo ser encaminhado ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas adotadas e resultados alcançados: a) adote, por intermédio de sua Unidade Controle Interno – UCI, medidas com vistas a quantificar e restituir ao erário o dano relativo à aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações contratuais, incidente sobre as Notas Fiscais detalhadas na Tabela 9 da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, utilizando a metodologia descrita no PT 03; b) reveja, por intermédio de sua UCI, todos os pagamentos realizados à Empresa G&E no âmbito do Contrato nº 58/2011, visto que há indícios de ocorrência de pagamentos indevidos em valor superior ao devido no montante de R\$ 2.235.716,47, conforme demonstrado no PT 03; c) abstenha-se de efetuar o pagamento da diferença da repactuação referente ao exercício de 2017, no âmbito do Contrato nº 58/2011, devido a inconsistências nas planilhas de custos, refazendo o cálculo conforme metodologia descrita no PT 04, adotando, previamente, as medidas necessárias para garantir a restituição ao erário dos débitos decorrentes das irregularidades identificadas, conforme itens III.c, IV.a e IV.b da Decisão nº. 5644/2017; V – esclarecer à SE/DF que, à luz do princípio da eficiência, anotado no art. 37 Constituição Federal, as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal não representam mera sugestão, cuja implementação é deixada ao alvedrio do destinatário da medida, devendo ser atendidas pelos gestores nos mesmos prazos anotados por esta Corte de Contas, sendo apenas facultado aos seus destinatários optar por meios diferentes daqueles recomendados, desde que comprovem o atingimento dos mesmos objetivos e resultados originalmente perseguidos pelo Tribunal; VI – autorizar o encaminhamento de cópia à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e à Empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.: a) da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, dos PTs 01 a 04 (peças 70 a 73), bem como dos levantamentos realizados no PT 03 em formato de planilha eletrônica; b) desta decisão e do relatório/voto do Relator; VIII – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para as providências de sua alçada."

Posteriormente, foi enviado o Ofício Nº 2322/2019- SEE/GAB (28375154), pelo qual pleiteamos a dilação de prazo para cumprimento da demanda em tela, deferida por meio da Decisão nº 3550/2019, que concedeu à SEDF prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias.

Ato contínuo, conforme Ofício Nº 141/2020 - SEE/GAB (35651297), solicitamos outra prorrogação de prazo, sendo este pedido deferido por meio da Decisão nº 628/2020 (36978073), que concedeu à SEDF prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias.

Por fim, pleiteamos, através do Ofício Nº 51/2020 - SEE/GAB/ASTEC (47006406), uma nova prorrogação de prazo para cumprimento integral da demanda, sendo este pleito deferido através da Decisão nº 4076/2020 (47803588), que abriu novo prazo de 30 (trinta) dias.

Por oportuno, colaciona-se os termos do Ofício Nº 51/2020 - SEE/GAB/ASTEC (47006406), abaixo:

"Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reporto-me à **Decisão nº 1994/2019**, exarada nos autos do **Processo n.º 6040/2017-e**, que trata da *"Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017"*, senão veja-se:

(...)

A referida decisão foi direcionada de imediato à **Unidade de Controle Interno - UCle à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG**, áreas técnicas desta Secretaria de Educação, para que, no prazo estabelecido de 90 (noventa) dias, cumprissem as determinações da e. Corte.

Contudo, não foi possível adotar as providências no prazo determinado, razão pela qual foi enviado um primeiro pedido de prorrogação de prazo, consubstanciado no Ofício nº 2322/2019 SEE/GAB (e-DOC 08D674F4-c), que foi deferido por meio da Decisão nº 3550/2019 (e-DOC 1CC436DE-e); e, pela mesma razão, foi efetuado um segundo pedido de prorrogação por meio do Ofício Nº 141/2020 - SEE/GAB (e-DOC 9DADC356-c), que foi deferido por meio da Decisão nº 628/2020 (e-DOC 2C5C31D6-e), sendo em ambas concedido o prazo de 90 (noventa dias), a título de prorrogação.

Cumprir destacar que no interregno compreendido entre hoje e a data de proferimento da última decisão, houve uma evolução importante no cumprimento da demanda em tela.

Neste sentido, em observância aos itens IV.a e IV.b da Decisão em tela, foi elaborado pela Unidade de Controle Interno - UCI, o Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI (Doc SEI nº 43397812), o qual faz vários apontamentos resultantes da análise minuciosa de todos os pagamentos realizados à Empresa G&E no âmbito do Contrato nº 58/2011, senão veja-se:

(...)

CONSIDERAÇÕES

Como resultado da consulta aos pagamentos, com base no Papel de Trabalho nº 03 (PT 03 TCDF24117903), após conferência realizada nas Notas Fiscais do período de 2011 a 2017, foram identificadas inconsistências às quais apontam o repasse a maior no valor total de R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos), conforme "Tabela 01". Foram constatados, também, valores pagos a menor, conforme "Total II da Tabela 01", no montante de R\$ 2.060.588,69 (dois milhões, sessenta mil quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos). Contudo, dentre os valores pagos a menor estão contabilizados R\$ 1.502.552,78 (um milhão, quinhentos e dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) relativos a não retenção dos tributos (INSS/ISS/IRPJ), ou seja, são valores não devidos à empresa.

Dentre os valores identificados com indícios de pagamentos a maior, estão glosas indicadas pelos executores. Porém, em alguns casos os próprios executores justificaram nos autos, posteriormente, a razão da não realização efetiva da glosa. Por este motivo, não foram deduzidas dos valores repassados à contratada pela prestação de serviços. Vale trazer à baila o seguinte caso identificado:

• No período de 01/02/2013 a 20/02/2013, verificou-se que, nas Notas Fiscais nºs 532, 533, 535, 536, 537, 538 e 539, houve a indicação de glosa pela executora que considerou o não pagamento referente a 3(três) dias durante o início do período letivo. A executora apresentou, às fls. 4700 e 4703 do processo 080.010551/2011, o Relatório de Execução o qual informou que " ...de acordo com o Pregão Eletrônico nº 10/2010 SEEDF em seu item 18.5.1 estabelece que a prestação de serviços dar-se-á 5 (dias) úteis antes do início do ano letivo, ou seja, o período de prestado referente a cocção deve ser de 04/02/13 a 20/02/13 (17 dias trabalhados), logo, haverá uma glosa de valor R\$ 245.541,00 (duzentos e quarenta e cinco mil

quinhentos e quarenta e um reais), referente ao período de 01/02/13 a 03/02/13". No entanto, a empresa recorreu quanto ao valor apresentado e a SEEDF acatou as justificativas da empresa, conforme novo relatório acostado aos autos, a glosa foi desconsiderada pelo Ordenador, após a executora reavaliar os motivos que ensejaram desconto referente a 3 (três) dias no início do ano letivo.

Desse modo, esclarecemos que dentre os valores **R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos)**, identificados como pagamentos a maior, foram **desconsideradas as glosas não efetuadas em razão da justificativa acima relatada**, constante dos autos, e de autoria dos próprios gestores à época.

Destacamos, ainda, o caso em que a glosa indicada referia a outra NF. Dessa forma, esses valores não foram relacionados na Tabela 1, portanto, desconsiderados no somatório do pagamento a maior:

- Nota Fiscal nº 769, no Relatório de execução, à fl. 10794 do processo 080.010551/2011, a executora informa glosa a ser efetuada referente à N.F. 768 e no atesto da Nota consta a informação de glosa no valor R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais) referente a faltas ocorridas no CEI 310, conforme fl. 10.152 do referido processo. Pode-se verificar que o desconto por falta foi efetuado do pagamento.

Ainda em relação aos valores identificados com indícios de pagamentos a maior, estão glosas indicadas pelos executores, que não foram efetuadas e não há esclarecimentos ou justificativas nos autos. Por este motivo, os valores foram contabilizados no pagamento a maior do referido Contrato em análise. Vale trazer à baila as seguintes informações:

- Em relação às N.F. nºs 369, 364, 366, 365, 368 e 370, período de 01/10/2015 a 31/10/2015 (30 dias), as glosas indicadas não foram efetuadas integralmente, conforme valores discriminados na "Tabela 01". Quanto à N.F. 367, referente ao mesmo período, houve a indicação de glosa no valor R\$ 152.388,37 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), que foi efetuada e o valor repassado corretamente.

- Referente à N.F. 13, período 21/03/2014 a 20/04/2014 Planaltina, verificamos que a glosa no valor R\$ 1.201,86 (um mil duzentos e um reais e oitenta e seis centavos) não foi efetuada integralmente e não há esclarecimento nos autos sobre tal acerto. Contudo, a diferença a menor é no valor R\$ 1.004,31 (um mil quatro reais e trinta e um centavos).

- Quanto às NF. nºs 753 e 754, período de 01/02/2014 a 20/02/2014, houve a indicação de glosa pelos executores, conforme Relatório de execução às fls. 10.347 e 10.350 processo 080.010551/2011. Contudo, verificamos que não foram efetivadas as glosas indicadas e não constam justificativas para tal feito.

Outro caso identificado nos valores com indícios de pagamento a maior, é a indicação da Glosa no valor R\$ 9.928,15 (nove mil novecentos e vinte e oito reais e quinze centavos) relacionada à Nota Fiscal nº 324, período de 01/08/2015 a 31/08/2015 - CRE Santa Maria. Consta, nos autos, Ofício nº 132/2015 SUAG/GASTER que informa quanto a faltas ocorridas nos meses de abril, maio, junho e julho de 2015 em todas as CREs que compõem o Contrato nº 58/2011. Sendo que o valor de R\$ 9.928,15 (nove mil novecentos e vinte e oito reais e quinze centavos) corresponde a faltas referentes ao mês de abril nas CREs Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas e Planaltina, totalizando o montante da glosa apresentado. O referido ofício menciona o valor total de R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais) por falta de funcionários nos meses anteriores a agosto de 2015.

Por outro lado, consultando os autos, identificamos casos relacionados a glosas/retenções por motivo de greve e/ou paralisações dos funcionários terceirizados. Conforme Relatório de Execução à fl. 14.882, período de 21/09/2014 a 17/10/2014, processo 080.010551/2011, a executora informa que "...as divergências encontradas nos relatórios não serão glosadas de acordo a Ata de Reunião do Sindserviços/DF, Empresas Prestadoras de Serviços e o GDF, o qual ficou acertado que as Secretarias tomadoras dos serviços não efetuarão quaisquer glosas nas faturas das empresas referentes aos dias em que não houve prestação de serviços nos meses de novembro e dezembro de 2014. Neste caso, as faturas já apresentadas, referentes ao mês de dezembro, serão pagas integralmente. Também não serão cominadas quaisquer tipo de penalidades às empresas prestadoras de serviços".

Ainda nesta esteira, cabe esclarecer que, em relação às NFs 369, 364, 366, 365, 367, 368 e 370, foi apresentada a seguinte justificativa, no Relatório de Execução, acostado às fls. 5.998 e 5.999, do processo 080.001569/2015, com relação a uma glosa no valor total R\$ 1.417.115,21 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil cento e quinze reais e vinte e um centavos) referente a estas notas faturadas: "em função da Ata de Reunião no dia 21 de outubro de 2015, os dias parados não serão glosados, mas compensados com atividades a serem estipuladas pelas empresas. Assim, em atendimento ao referido documento, identificaremos os dias paralisados que não serão glosados e acompanharemos, junto as Unidades de Ensino, a referida compensação". O documento Ata de Reunião citado não foi identificado nos autos, portanto, não conhecemos o teor desse acordo efetuado entre as partes. Igualmente, não constam relatórios ou

documentos que comprovem a reposição das horas não trabalhadas, conforme estipulado no Acordo.

Não obstante o valor informado pela executora, de acordo com os cálculos constantes da "Tabela 01", os valores relativos às glosas indicadas pela não prestação de serviços em razão de greve realizada pelos prestadores de serviços somam a monta de R\$ 1.264.726,85 (um milhão duzentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos). Contudo, ressalta-se que a glosa indicada na NF nº 367 foi devidamente efetuada.

Entrando na seara, agora, dos valores identificados com indícios de pagamentos a menor, importante, ressaltar, novamente, que dentre estes, estão os referentes às retenções dos tributos incidentes sobre a prestação do serviço (ISS e IRPJ) e referente ao recolhimento do INSS (11%), os quais, conforme já exposto, **não são valores, em tese, devidos à empresa**. Assim, apontamos os seguintes casos:

- Em relação às Notas Fiscais nºs 116 a 122, período de 21/09/2014 a 17/10/2014, verificou-se que houve pagamentos a maior sem justificativas para o acréscimo, assim como não constam recolhimento de impostos.

- As Notas Fiscais nºs 117, 118 e 122 foram objeto de Reconhecimento Dívida em 12/04/17 DODF 16 de 30/07/17. Contudo, não foram encontrados os pagamentos referentes aos recolhimentos de impostos deste período.

- Verificou-se, ainda, nas Notas nºs 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, referentes ao período de outubro e novembro de 2014, que não constam recolhimento de impostos referentes aos 17% (INSS, ISS e IR). Contudo, identificamos que os valores brutos das referidas notas foram repassados integralmente à empresa prestadora de serviços. Ressalta-se, que se tratou de cumprimento do referido Acordo, entre Sindicato, Empresa e GDF.

- Nas NFs nºs 165 e 173, período de 11/12/2014 a 30/12/2014, houve pagamento do valor líquido e recolhimento do INSS, no entanto, não constam recolhimentos dos impostos ISS e IRPJ. Já em relação ao faturamento da NF. nº 168, os valores foram repassados mediante Reconhecimento de Dívida em 2017, neste caso foram pagos o valor líquido e recolhimento do INSS, também não constam pagamento dos demais tributos.

Ainda no que tange à retenção do tributos, vale ressaltar as Notas Fiscais nºs 116, 119, 120 e 121, cujos pagamentos foram realizados a maior em relação ao valor líquido. Já na Nota Fiscal nº 466, verificou-se que foi repassado valor líquido R\$ 206.927,35 (duzentos e seis mil novecentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos) a maior, além de ter se constatado o de valor R\$ 30.477,68 (trinta mil quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) referente ao recolhimento dos impostos, menor que o previsto referente aos 17% (dezessete por cento).

Analisando os casos, observa-se que em algumas Notas Fiscais constam justificativas como acordos feitos. Contudo, nas demais Notas, não foram identificadas quaisquer explicações nos autos pelo não recolhimento. Destaca-se, diante disso, o disposto na IN nº 02/2008, que regeu a contratação dos serviços continuados à época, a qual, no Item 2 do Anexo IV - Guia de fiscalização dos Contratos de Terceirização, indica como deve ser o acompanhamento e fiscalização mensal dos Contratos:

"2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

2.1 Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.

2.2 Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura.

2.3 Exigir da empresa comprovantes de pagamento dos salários, vales-transporte e auxílio alimentação dos empregados.

2.4 Realizar a retenção da contribuição previdenciária (11% do valor da fatura) e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

2.5 Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS [...]"

Alertamos, em vista disso, que fiscalização mensal dos contratos de prestação de serviços, em consonância com a IN nº 02/08, deve ser realizada antes do pagamento da fatura, com a conferência dos dias e horas trabalhados efetivamente e, em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, sejam efetuadas glosas da fatura. Assim como, deverá ser providenciada a retenção da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes.

Ainda em relação aos casos indicados na Tabela 1, solicitamos que seja verificado se houve pagamento da NF nº 264, relativa à Samambaia, no valor de R\$ 68.145,48 (sessenta e oito mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) na NF 262, relacionada à região de Santa Maria. Ressalta-se que não foi possível identificar nos autos se houve troca referente ao pagamento das referidas Notas faturadas.

Por fim, requer que sejam verificadas as glosas indicadas no Ofício nº

132/2015 SUAG/GASTER, constante no processo 080.001569/2015, o qual aponta o montante de R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais) a ser deduzido do repasse feito à contratada, tendo em vista faltas nos meses de abril, maio, junho e julho de 2015, durante a execução do Contrato, vez que não foram identificados nos autos se as glosas foram efetuadas devidamente. Dessa forma, o valor da glosa indicada no Ofício foi considerado no montante total de pagamentos feitos a maior.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, sugere-se o **encaminhamento dos autos à Subsecretaria de Administração Geral**, para:

• **Inserção nos autos dos documentos** Previsões de Pagamento que não foram discriminadas na Tabela 01, por não constarem nos processos ora analisados.

• **manifestação dos setores técnicos envolvidos na execução do contrato e no pagamento dessas faturas, de forma a apresentar possíveis justificativas ou novos documentos relativos aos valores e às informações apontadas pelo Controle Interno, de modo a garantir a ampla defesa e o contraditório da prestadora de serviços e dos demais envolvidos.**

Submete-se, por fim, o presente relatório à análise e à aprovação do Chefe da Unidade de Controle Interno desta SEEDF.

(...)

Aprovo o presente Relatório de Auditoria Interna.

Encaminhe-se à SUAG para conhecimento e providências quanto aos esclarecimentos solicitados com a urgência que o caso requer, tendo em vista o cumprimento da Decisão nº 1994/2019 TCDF.

Ressalta-se que a Decisão nº 1994/2019, determinou, ainda, **que se proceda à restituição ao erário do montante de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações contratuais, no âmbito do Contrato nº 58/2011.** Até a presente data não se identificou tal restituição, alertando que os valores apresentados no presente relatório não se confundem com o montante de **R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos).**

Advertimos que o descumprimento do prazo e o não atendimento das determinações, bem como a inadequada consolidação das informações, poderão ensejar o chamamento em audiência do chefe da Pasta, com a possibilidade de aplicação da penalidade de multa, conforme previsto no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 1/94 (Lei Orgânica do TCDF)."

Além do Relatório de Auditoria nº 2/2020 - SEE/GAB/UCI (Doc SEI nº 43397812), a Unidade Controle Interno-UCI encaminhou, dentre outros despachos, os Despachos - SEE/GAB/UCI 34714880 e 43936049, nos quais, além de reiterar à SUAG a necessidade de atendimento da Decisão, solicitou a apresentação de algumas informações que restavam pendentes, dentre as quais destaco a solicitação de memória de cálculo de 8 Notas Fiscais pagas no âmbito do Contrato e não informadas na Planilha de Composição de Pagamentos.

Em relação ao item III.a, foi apresentado pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, através da Gerência de Contratos e Termos - GCONT, as informações consubstanciadas no Documento SEI nº 42621506 (vide Despacho SEI nº 42765499), senão veja-se:

"Os autos aportaram nesta Gerência de Contratos e Termos - GCONT para informar "a vigência de cada qual dos contratos listados, as regionais que atendem e o nome do respectivo coexecutor com a indicação do ato de designação", nos termos do Despacho 42538155, item 2.1.1, exarado pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.

Em atendimento, esta Gerência informa no Quadro abaixo as informações requeridas:

CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA		REGIONAL	EXECUTORES	COEXECUTORES
		INÍCIO	TÉRMINO			
						Gilmar Vilela da Silva, matrícula nº 205333-0, executor titular, e Jose Luiz Martins Durco, matrícula nº 0061861-6, executor suplente (Ordem de Serviço nº xx, de

19/2016	CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES	15/06/2016	14/06/2021	Taguatinga Recanto das Emas Brazlândia Ceilândia Samambaia	xx/08/2017, publicada no DODF nº 167, de 30/08/2017, p. 34)
					<p>Maria da Luz Souza Coelho, matrícula nº 20.789-6, coexecutora titular, e Nanci de Cassia Pinto, matrícula nº 44.501-0, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 224, de 22/10/2018, publicada no DODF nº 202, de 23/10/2018, p. 20)</p> <p>Leonardo Augusto Oliveira Santos, matrícula nº 244.423-2, executor titular, e André Luiz Galdino Alves, matrícula nº 244.423-2, executor suplente (Ordem de Serviço nº 35, de 07/02/2020, publicada no DODF nº 13, de 7/02/2020, p. 23)</p> <p>Fernanda Mateus Costa Melo, matrícula nº 202.918-9, coexecutora titular, e Izabella Máximo Gomes Souza, matrícula nº 223.993-0, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 220, de 17/09/2019, publicada no DODF nº 178, de 18/09/2019, p. 21)</p> <p>Neuseli Rodrigues Alves da Silva, matrícula nº 300.275-6, executor titular, e Antônio Borges de Oliveira, matrícula nº 213.549-3, executor suplente (Ordem de Serviço nº 149, de 28/06/2020, publicada no DODF nº 120, de 29/06/2020, p. 59)</p>
					<p>Neuseli Rodrigues Alves da Silva, matrícula nº 300.275-6, executor titular, e Antônio Borges de Oliveira, matrícula nº 213.549-3, executor suplente (Ordem de Serviço nº 132, de 01/06/2020,</p>

20/2015	30/06/2015	30/06/2021	Taguatinga Recanto das Emas Brazlândia Ceilândia Samambaia Gama Santa Maria	Leonardo Augusto Oliveira Santos, matrícula nº 244.423-2, executor titular, e Maria Aparecida da Fonseca, matrícula nº 178.543-5, executora suplente (Ordem de Serviço nº 36, de 07/02/2020, publicada no DODF nº 13, de 7/02/2020, p. 23)	publicada no DODF nº 104, de 03/06/2020, p. 20) Fernanda Mateus Costa Melo, matrícula nº 202.918-9, coexecutora titular, e Izabella Máximo Gomes Souza, matrícula nº 223.993-0, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 219, de 17/09/2019, publicada no DODF nº 178, de 18/09/2019, p. 21) Maria da Luz Souza Coelho, matrícula nº 20.789-6, coexecutora titular, e Nanci de Cassia Pinto, matrícula nº 44.501-0, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 169, de 03/08/2018, publicada no DODF nº 148, de 06/08/2018, p. 23) Alessandro Vieira de Souza, matrícula nº 242.808-3, coexecutor titular, e Maria do Carmo Caldas de Souza, matrícula nº 23.166-5, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 207, de 10/09/2019, publicada no DODF nº 173, de 11/09/2019, p. 27)
18/2016	15/06/2016	14/06/2021	Sobradinho São Sebastião Plano Piloto Planaltina Paraná	André Luiz Galdino Alves, matrícula nº 244.423-2, executor titular, e Maria Aparecida da Fonseca, matrícula nº 178.543-5, executora	Maiton Sabino de Oliveira, matrícula nº 69.153-4, executor titular, e Jaqueline Barbosa Farias, matrícula nº 213.194-3, executor suplente (Ordem de Serviço nº 63, de 25/05/2017, publicada no DODF nº 100, de 26/05/2017, p. 41) José Luiz

				Paraná Núcleo Bandeirante Guará	Executiva suplente (Ordem de Serviço nº 34, de 07/02/2020, publicada no DODF nº 13, de 07/02/2020, p. 23)	Martins Durço, matrícula nº 31.082-4, executor titular, e Igor Francisco de Mendonça Abreu, matrícula nº 235.221-4, executor suplente (Ordem de Serviço nº 112, de 28/08/2017, publicada no DODF nº 167, de 30/08/2017, p. 34)
22/2015	GLOBAL SEGURANÇA	24/07/2015	25/07/2020	Sobradinho São Sebastião Plano Piloto Planaltina Paranoá Núcleo Bandeirante Guará	André Luiz Galdino Alves, matrícula nº 244.423-2, executor titular, e Maria Aparecida da Fonseca, matrícula nº 178.543-5, executora suplente (Ordem de Serviço nº 21, de 07/02/2020, publicada no DODF nº 13, de 07/02/2020, p. 22)	Mailton Sabino de Oliveira, matrícula nº. 69.153-4, coexecutor titular (Ordem de Serviço nº 36, de 03/04/2017, publicada no DODF nº 65, de 04/04/2017, p. 32) e Jaqueline Barbosa Farias, matrícula 213.194-3, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 109, de 13/08/2015, publicada no DODF nº 157, de 14/08/2015, p. 87) Marcus Vitor Tenedini de Freitas, matrícula nº 215.537-0, coexecutor titular, e Zélia Santana Feitosa, matrícula nº 202.530-2, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 119, de 10/10/2016, publicada no DODF nº 194, de 13/10/2016, p. 32) Nivaldo Vieira Felix, matrícula nº 46.349-3, coexecutor titular (Ordem de Serviço nº 161, de 02/07/2019, publicada no DODF nº 124, de 04/07/2019, p. 17) e Daniel Deusdedit do Carmo, matrícula nº 29.789-5, coexecutor suplente (Ordem de

					<p>Serviço nº 124, de 15/05/2020, publicada no DODF nº 92, de 18/05/2020, p. 45)</p> <p>Cleber Casimiro Silveira, matrícula nº 46.580-1, coexecutor titular (Ordem de Serviço nº 05, de 09/01/2019, publicada no DODF nº 07, de 10/01/2019, p. 21) e Alexandre Galdino, matrícula nº 203.999-0, coexecutor suplente (Ordem de Serviço nº 170, de 11/07/2019, publicada no DODF nº 130, de 12/07/2019, p. 28)</p>
37/2016	CONFERE	27/12/2016	31/01/2019	Não especificado no Contrato	<p>Marien de Souza de Oliveira, matrícula nº 29.901-4, coexecutora titular, e Léia Cristina Rodrigues, matrícula nº 48.135-1, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 21, de 10/03/2017, publicada no DODF nº 50, de 14/03/2017, p. 33)</p> <p>Amanda Oliveira Batista, matrícula nº 69.796-6, coexecutora titular (Ordem de Serviço nº 47, de 19/04/2017, publicada no DODF nº 77, de 24/04/2017, p. 42) e Paula Patrícia Ribeiro de Almeida Dalla Corte, matrícula nº 47.636-6 coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 76, de 10/05/2018, publicada no DODF nº 90, de 11/05/2018, p. 45)</p> <p>Luciana Rafante Mendes</p> <p>Tulio Guimarães Marques, matrícula nº 24833-9, executor titular (Ordem de Serviço nº 109 de 28/08/2017, publicada no DODF nº 167, de 30/08/2017, p. 34) e Carlos Viriato de Sousa Lima Filho, matrícula nº 209.326-X, executor suplente (Ordem de</p>

					(Ordem de Serviço nº 12, de 20/02/2017, publicada no DODF nº 37, de 21/02/2017, p. 21)	Bicalho, matrícula nº 207.905-4, executora titular, e Jacy da Silva Xavier, matrícula nº 67.811-2, executora suplente. (Ordem de Serviço nº 52, de 26/04/2017, publicada no DODF nº 81, de 28/04/2017, p. 43) Ruth Machado Gomes Lopes, matrícula nº 210.235-8, coexecutora titular, e Adriana Gomes Mourão, matrícula nº 66.775-7, coexecutora suplente. (Ordem de Serviço nº 238, de 05/11/2018, publicada no DODF nº 211, de 06/11/2018, p. 43)
19/2018	G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	09/03/2018	05/09/2018	Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Gama, São Sebastião, Paranoá e Planaltina	Carlos Viriato de Sousa Lima Filho, matrícula nº 209.326-X, executor titular, e Rodrigo Barz Berno, matrícula nº 239.999-7, executor suplente (Ordem de Serviço nº 126, de 26/06/2018, publicada no DODF nº 121, de 27/06/2018, p. 31)	Hilda da Silva Martins, matrícula nº 46.992-0, coexecutora (Ordem de Serviço nº 165, de 26/07/2018, publicada no DODF nº 142, de 27/07/2018, p. 36)
60/2018		21/08/2018	17/02/2019	Guará, Núcleo Bandeirante e Sobradinho	Carlos Viriato de Sousa Lima Filho, matrícula nº 209.326-X, executor titular, e Antônio Elias Vale Tavares, matrícula nº 58.602-1, executor suplente (Ordem de Serviço nº 200 de 11/09/2018, publicada no DODF nº 174, de 12/09/2018,	Adriana Gomes Mourão, matrícula nº 66.775-7, coexecutora titular, e Ruth Machado Gomes Lopes, matrícula nº 210.235-8, coexecutora suplente (Ordem de Serviço nº 237, de 05/11/2018, publicada no DODF nº 211, de 06/11/2018, p. 43)

Desta feita, solicito encaminhamento dos autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG para conhecimento e providências que se fizerem necessárias e sugere-se, s.m.j, remessa à Diretoria de Compras e Serviços - DICOS para prestar as informações alusivas à Regional referente ao Contrato nº 37/2016 e para ratificação ou retificação das demais informações prestadas por esta Gerência."

Outrossim, importante observar, no que tange aos itens "III.c" e "IV.c", que nos autos do Processo SEI nº 00080-00160401/2018-67 a Subsecretaria de Administração Geral emitiu o Despacho - SEE/SUAG 47003797, no qual realiza a correção monetária do valor do dano ao erário constante do Papel de Trabalho nº 03, indicado no "Item III c" da Decisão, passando para um valor atualizado de R\$ 1.968.964,33 a ser restituído ao erário. Ademais, pontua que a Repactuação, em sendo realizada, deve seguir a metodologia constante no Papel de Trabalho nº 04.

Neste bojo, a Unidade de Controle Interno emitiu o Despacho SEE/GAB/UCI 43936049 e a Nota Técnica N.º 298/2020 - SEE/GAB/UCI (Doc SEI nº 46990999), nos autos do Processo SEI nº 00080-00160401/2018-67, que trata do "Reconhecimento de Dívida referente à repactuação do Contrato n.º 58/2011, considerando os termos da Convenção Coletiva de Trabalho de 2017 - CCT/2017", em relação à qual se colaciona as seguintes considerações:

(...) Isto posto, considerando que até a presente data não houve atendimento integral da Decisão nº 1994/2019 tratada no presente processo específico (00080-00063691/2017-11), REITERAMOS os termos do Despacho SEI nº 43936049, a saber: [...] neste momento seja realizado apenas o encontro de cálculos (dos valores a restituir já determinados), seguindo a metodologia determinada pelo tribunal, bem como realizando as respectivas atualizações monetárias dos valores a restituir e a pagar, não sendo realizado nenhum pagamento efetivo à empresa, ou seja, não restando saldo positivo ou negativo. [...].

Novamente que tal sugestão ocorre em observância à decisão supramencionada que determinou a abstenção de pagar até saneamento de todas as irregularidades e visa garantir a restituição ao erário considerando que há outros valores em discussão e em análise no âmbito deste contrato, como por exemplo os explanados no Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI (43397812) e os constantes da "Tabela 9" do Despacho - SEE/GAB/UCI 34714880), ambos pertencentes ao Processo 00080-00063691/2017-11. Destes documentos temos o valor de R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos) feitos a maior a empresa.

Sem medo de sermos redundantes, repisamos o entendimento do e. TCDF no sentido de que esta SEDF se abstenha de efetuar o pagamento da diferença da repactuação referente ao exercício de 2017 conforme determinado pela Decisão nº 1994/2019, (...)"

Neste sentido, colaciona-se os termos do Despacho SEI nº 43936049, da Unidade de Controle Interno - UCI e os termos do Despacho SEI nº 43425625, senão veja-se:

(...)

À Unidade de Controle Interno, para manifestação quanto à possibilidade de pagamento/ressarcimento imediato do valor de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações contratuais, no âmbito do Contrato nº 58/2011 frente à existência de crédito também já apurado pelo TCDF, relacionado à Repactuação 2017 - Processo 080.000.468/2017 (tratado nos autos do Processo SEI nº 00080-00160401/2018-67), no valor de R\$ 2.165.321,64 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil trezentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme Papel de Trabalho nº 04 (24118036), haja vista que há determinação de que a SEDF "abstenha-se de efetuar o pagamento da diferença da repactuação referente ao exercício de 2017, no âmbito do Contrato nº 58/2011, devido a inconsistências nas planilhas de custos, refazendo o cálculo conforme metodologia descrita no PT 04, adotando, previamente, as medidas necessárias para garantir a restituição ao erário dos débitos decorrentes das irregularidades identificadas, conforme itens III.c, IV.a e IV.b da Decisão nº. 5644/2017"; (...)

Posteriormente, colaciona-se, novamente, os termos da Decisão nº 1994/2019, abaixo:

(...)

Logo, conforme se vê acima, a Decisão nº 1994/2019, determinou que se proceda à restituição ao erário do montante de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte

quando das repactuações contratuais, no âmbito do Contrato nº 58/2011. Até a presente data não se identificou tal restituição, alertando que os valores apresentados no Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI (43397812) não se confundem com o montante de **R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos).**

Ademais, salienta-se que a restituição do valor supramencionado pode ser feito através de **glosa, contudo, no que diz respeito à possibilidade/impossibilidade de pagamento da repactuação, as áreas técnicas devem observar integralmente os termos da Decisão nº 1994/2019 e as respectivas metodologias de cálculo**, ou seja, todas as determinações do TCDF devem ser respeitadas.

Logo, embora possa se entender pela possibilidade de ser realizada a repactuação, adotando-se a metodologia descrita no PT 04, observa-se a necessidade da tomada de **medidas necessárias para garantir a restituição ao erário** dos débitos decorrentes das irregularidades identificadas. **Sugere-se**, portanto, que neste momento seja realizado **apenas o encontro de cálculos (dos valores a restituir já determinados), seguindo a metodologia determinada pelo tribunal, bem como realizando as respectivas atualizações monetárias dos valores a restituir e a pagar, não sendo realizado nenhum pagamento efetivo à empresa, ou seja, não restando saldo positivo ou negativo.**

Tal sugestão ocorre em observância à **decisão do TCDF que determinou a abstenção de pagar até saneamento de todas as irregularidades** e visa garantir a restituição ao erário considerando que há outros valores em discussão e em análise no âmbito deste contrato, como por exemplo os explanados no Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI (43397812) e os constantes da "Tabela 9" do Despacho - SEE/GAB/UCI (34714880).

Por fim, sugere-se o envio dos presentes autos à SUAG para continuidade dos trabalhos de cumprimento da demanda, em conformidade com o Despacho - SEE/GAB/UCI (34714880) e tendo-se em vista os Despachos SEI nºs 43425625 e 42538155, pelos quais a própria SUAG pontuou pendências a serem sanadas pelos seus setores técnicos, encaminhando o processo para a Diretoria de Compras e Serviços, com vistas à Gerência de Fiscalização dos Serviços Terceirizados, à Gerência de Execução dos Serviços Terceirizados e ao executor do contrato(...)"

Ocorre que ainda não foi possível concluir os trabalhos de cumprimento integral da demanda, pois ainda existem algumas pendências a serem sanadas.

Inclusive, conforme se vê na Conclusão do Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI e no respectivo despacho de aprovação e encaminhamento (Doc SEI nº 43397812), a demanda foi encaminhada para a SUAG para complementação de informações e documentos, sendo que até o presente momento ainda persiste esta carência.

Salienta-se que para cumprimento da Decisão e dos encaminhamentos solicitados pela Unidade de Controle Interno, a Subsecretaria de Administração Geral tem que realizar consulta aos autos do Contrato nº 58/2011. Este trabalho restou prejudicado em virtude do Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, implantando, no contexto da Administração Pública do Distrito Federal, o regime de teletrabalho em razão da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do coronavírus (COVID-19), gerando interferência direta no atendimento da Decisão em tela, **dado que os processos relativos ao Contrato são em sua maioria físicos.**

Ademais, vale salientar, que recentemente houve alteração na gestão da Secretaria de Educação, havendo inclusive mudança no cargo de Subsecretário de Administração Geral e na Diretoria relacionada à matéria.

Portanto, não obstante a considerável evolução dos trabalhos, conforme relatado anteriormente, surgiram alguns obstáculos que impediram o cumprimento total da demanda, razão pela qual se faz necessária a formulação de um novo pedido de dilação de prazo.

Por oportuno, colaciona-se o despacho SEI nº 46087003, da Gerência de Execução de Serviços Terceirizados - GEST, abaixo:

Tratam os autos de atendimento à decisões exaradas nos autos do Processo TCDF nº 6040/2017-e, que tem por objeto Auditoria de Regularidade para avaliar a regularidade da execução dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, em atenção ao Plano Geral de Ação para 2017, aprovado pela Decisão nº 58/2016.

Cabe esclarecer que esta Gerência vem empregando esforços a fim de atender ao total teor da Decisão retromencionada entretanto, considerando a complexidade das informações, bem como das providências a serem adotadas, não foi possível concluir as atividades no prazo determinado pelo TCDF.

Desse modo, solicitamos gestões no sentido de prorrogar o prazo para atendimento ao requerido.

Neste sentido, através do Despacho SEI nº 46254848, a SUAG solicita gestões "junto ao Egrégio Tribunal de Contas do DF" no sentido de

pleitear "a concessão de novo prazo para cumprimento da Decisão nº 628/2020 - TCDF. "

Assim, ressaltamos que a atual gestão da Pasta de Educação trata como prioridade as determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, mas diante da dimensão da pasta e da sensibilidade do tema, ao tempo em que peço escusas pelo não cumprimento completo da decisão, solicito à essa e. Corte de Contas **prorrogação do prazo** por mais 90 (noventa) dias, para a finalização das diligências necessárias ao atendimento integral da Decisão n.º 1994/2019.

Contando com a costumeira compreensão, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários."

Isto posto, **após encaminhamento do Ofício supratranscrito**, os autos retornaram às áreas técnicas desta Pasta para continuidade das providências ao cumprimento integral das determinações da Decisão nº 1994/2019. Neste sentido, cumpre colacionar a manifestação da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, através da Gerência de Execução de Serviços Terceirizados - GEST, consolidada no Despacho SEI nº 49007728, senão veja-se:

"Trata-se de demanda consolidada através das **Decisões nº 5644/2017 e 1994/2019**, exaradas nos autos do **Processo n.º 6040/2017-e**, que trata da *"Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017"*.

Visando atender à integralidade do exarado nas Decisões em comento, passamos à seguinte análise considerando ainda os termos dos Despacho - SEE/SUAG (42538155):

1. **ITEM 2.1.1 DO DESPACHO - SEE/SUAG (42538155): "ITEM III, "A" - "III - REITERAR À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDF AS SEGUINTE DETERMINAÇÕES, DEVENDO SER ENCAMINHADAS AO TRIBUNAL, (...) INFORMAÇÕES ACERCA DAS MEDIDAS ADOTADAS E DOS RESULTADOS ALCANÇADOS: A) O ITEM II.A DA DECISÃO Nº 5.644/2017, PARA QUE REGULARIZE AS DESIGNAÇÕES DOS COEXECUTORES DE CADA REGIONAL DE ENSINO PARA OS CONTRATOS LISTADOS NA TABELA 1 DA INFORMAÇÃO Nº. 32/2018 - 3ª DIVISÃO/SECRETARIA DE AUDITORIA;"**

Item atendido pela Gerência de Contratos e Termos, conforme Despacho - SEE/SUAG/DICOT/GCONT (42621506).

2. **ITEM 2.1.2 DO DESPACHO - SEE/SUAG (42538155): "ITEM III, "B" - "B) O ITEM II.J DA DECISÃO Nº 5.644/2017, PARA QUE IMPLEMENTE, QUANDO DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL, A OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTA CORRENTE VINCULADA PARA RETENÇÃO PROVISÓRIA DE ENCARGOS TRABALHISTAS NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO VIGENTES, BEM COMO NAQUELES QUE VIEREM A SER CELEBRADOS;**

Com referência ao item em questão vale registrar que a Conta Vinculada fora instituída pela Lei nº 4636 de 25 de agosto de 2011:

Institui mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal.

Observa-se que a referida Lei necessita de Regulamentação, conforme preconiza o Art. 13:

O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias contados de sua publicação.

Entretanto, ocorreu uma demora na regulamentação, o que ainda não existia no momento da elaboração do Termo de Referência objeto dos contratos de Vigilância Patrimonial vigentes no âmbito desta Secretaria, oriundos dos Pregões nº 34/2014 e nº 10/2015. Sendo assim, não fora ferido, pelo Gestor Público, as previsões legais pois aguardava-se a normatização por parte Secretaria de Estado de Planejamento do Distrito Federal, o que processou-se por meio do Decreto 34.649 de 10 de setembro de 2013 e previa a sua implementação em 90 (noventa) dias após a data da publicação.

Contudo, restou fracassada a referida implantação, uma vez que posteriormente o dito Normativo novamente fora alterado pelo Decreto nº 36.164 de 18 de dezembro de 2014.

As licitações em voga foram homologadas em 10/06/2015 e 15/07/2015, respectivamente. E os contratos assinados posteriormente, nas seguintes datas:

- Contrato 20/2015 em 30/06/2015;
- Contrato 22/2015 em 24/07/2015;
- Contrato 18/2016 em 15/06/2016; e
- Contrato 19/2016 em 15/06/2016.

A Conta Vinculada não foi incluída quando das renovações contratuais de Vigilância, pois à época da primeira renovação a discussão estava sendo tratada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de Medida Cautelar, proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, contra a Lei Distrital nº 4.636 de 25 de agosto de 2011, na qual assevera-se que a *Constituição da República é clara em determinar que nos procedimentos licitatórios (e consequentemente nos respectivos contratos, cuja celebração é o objetivo de tais procedimentos), as únicas exigências possíveis de serem fixadas pelo legislador infraconstitucional são a qualificação técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratadas*. Argumenta ainda, **que a norma impugnada institui exigência para fins de participação em procedimentos licitatórios ou contratação com a Administração Pública**.

Por fim, cabe registrar, que os contratos de prestação de serviços terceirizados vigentes nesta Pasta, com exceção da modalidade de Vigilância Patrimonial, já possuem a retenção de valores referentes à Conta Vinculada:

- Limpeza e Conservação: Contratos nº 20/2018, 21/2018, 22/2018, 24/2018, 26/2018, 28/2018, 78/2018, 79/2018 e 80/2018;
- Cocção de Alimentos: Contratos nº 29/2019, 30/2019, 63/2019 e 64/2019.

3. ITEM 2.1.3DO DESPACHO - SEE/SUAG (42538155): "ITEM III, "C" €) O ITEM V DA DECISÃO Nº 5.644/2017, PARA QUE PROCEDA À RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DO MONTANTE DE R\$ 1.563.529,26, DECORRENTE DA APLICAÇÃO INCORRETA DO DESCONTO DE 6% DA REMUNERAÇÃO DOS COZINHEIROS SOBRE O GASTO DE VALE TRANSPORTE QUANDO DAS REPACTUAÇÕES CONTRATUAIS, NO ÂMBITO DO CONTRATO Nº 58/2011, CONFORME LEVANTAMENTO REALIZADO NO PAPEL DE TRABALHO - PT 03.

2.1.3.1. Dano ao erário quantificado no montante de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos) decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações referentes às Convenções Coletivas de Trabalho de 2011/2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 e posterior execução e pagamento contratual.

Conforme explanado no mencionado despacho e, em breve síntese, consigna-se que o cálculo do prejuízo decorrente das repactuações incorretas (Vale-Transporte) do Contrato nº 58/2011 - Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA EPP - Regiões: Lote 02: Santa Maria - Recanto das Emas - Samambaia e Gama; Lote 04: São Sebastião - Planaltina e Paranoá - , já foi devidamente realizado pelo próprio Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal, levando em consideração, inclusive, as glosas de valores da prestação de serviços, **onde restou comprovado o valor a maior pago à empresa no valor de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), o que poderá ser devidamente ressarcido ao erário pela "compensação" de crédito relacionado ao Contrato nº 58/2011, da forma como se discorrerá quando da análise do item IV, "a" da decisão sob análise, logo adiante.**

2.1.3.2. Dano ao erário a quantificar, utilizando-se a metodologia dos PTs 2 e 3, decorrente da mesma causa citada acima, porém relativo a 8 (oito) pagamentos identificados no SIGGO, no período compreendido entre 2013 e 2017, no âmbito do mesmo Contrato, cujas Notas Fiscais não foram declaradas pela SEDF, de modo que não foi possível levantar a memória de cálculo.

INFORMAÇÕES QUANTO À APURAÇÃO DE PAGAMENTOS A MAIOR:

Pagamentos Identificados no SIGGO e Não Declarados pela SEDF

Contrato nº 58/2011 - Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA EPP - Regiões: Lote 02: Santa Maria - Recanto das Emas - Samambaia e Gama - Lote 04: São Sebastião - Planaltina e Paranoá

Código UG	Número do Processo	Nota Fiscal (SIGGO)	NF Ajustada (1)	Valor (2)	Data Vencimento (3)	Previsão de Pagamento	Código UG Pagadora	Nota de Empenho	Nota de Lançamento	Ordem Bancária	Observação (SIGGO)
160101	080.000.658/2014	NF: 000.000.381	381	R\$ 1.372.756,17	14/01/2016	2016PP00803	130101	2015NE09024	2012NL24227	2016OB01512	REC DIV DODF 250 DO DIA 31/12/15
	00000-			R\$							RPNP/16, REP CT058/11 SERV

160101	0080007898/2008-00	NF 370	370	R\$ 2.922.350,45	20/01/2017	2017PP01240	130101	2016NE08241	2017NL00266	2017NL00266	PG SERV DE COCÇÃO DE ALIM NAS ESCOLAS DA SEEDF.
160101	080.007.898/2008	NF 000.000.123	123	R\$ 833.862,82	20/11/2014	2014PP17747	130101	2014NE06395	2014NL17671	2014OB67935	RPNP/2014 - DRE S PERIODO 21/09 A 17/10/14
160101	080.007.898/2008	NF: 177 PARTE	177	R\$ 262.827,68	16/01/2015	2015PP00445	130101	2014NE07424	2015NL00205	2015OB00680	PG REPACTUAÇÃO CT Nº 058/2011, FEVEREIRO/2015
160101	080.001.543/2015	NF 0297	297	R\$ 278.445,43	27/07/2015	2015PP09433	130101	2015NE04486	2015NL10478	2015OB31937	PG REPACTUAÇÃO CT Nº 058/2011, MÊS: MAR A MAIO/2015
160101	080.007.898/2008	NF 403	403	R\$ 835.335,99	10/12/2015	2015PP17138	130101	2015NE07940	2015NL21039	2015OB57187	PG SERV DE REPACT DE ALIM 04/02 A 20/04/13 UNID SE
160101	080.007.898/2008	NF 0608	608	R\$ 60.315,92	27/06/2013	2013PP07271	130101	2013NE01758	2013NL05937	2013OB33606	PG SERV DE REPACT DE ALIM 04/02 A 20/04/13 UNID SE
160903	080.007.898/2008	NF 608 - PARTE	608	R\$ 858.547,98	27/06/2013	2013PP00603	160903	2013NE00105	2013NL00105	2013OB00571	PG SERV DE REPACT DE ALIM 04/02 A 20/04/2013'
				R\$ 7.424.442,44							

Verifica-se das Notas Fiscais referenciadas, o que segue:

A - NOTA FISCAL Nº 381 - DOC SEI Nº 2006926 :

Refere-se a valores atinentes à Repactuação de 2014, no valor bruto total de R\$ 1.675.191,98 (um milhão seiscentos e setenta e cinco mil cento e noventa e um reais e noventa e oito centavos). Tal valor foi apurado com base nas diferenças consignadas de 08/05 a 18/10/2014 nos autos do Processo nº 080.000.658/2014. Observado o referido processo constatou-se, conforme doc. SEI nº 44900025, relacionado ao cálculo das diferenças para a referida concessão, o que segue:

PLANILHA DE IMPACTO MENSAL E ANUAL - CONTRATO Nº 58/2011				
VALORES PRATICADOS ATUALMENTE				
Categoria	Qde.postos	Valor Unitário por Categoria	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
COZINHEIRO - LOTE 02	415	3.281,24	1.361.714,60	14.978.860,60
COZINHEIRO - LOTE 04	468	3.277,75	1.533.987,00	16.873.857,00
TOTAL			2.895.701,60	31.852.717,60
VALORES CONFORME NOVA CCf SINDISERVIÇOS/DF 2014.				
Categoria	Qde.postos	Valor Unitário por Categoria	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
COZINHEIRO - LOTE 02	415	3.634,33	1.508.246,95	16.590.716,45
COZINHEIRO - LOTE 04	468	3.630,48	1.699.064,64	18.689.711,04
TOTAL			3.207.311,59	35.280.427,49
DIFERENÇA MENSAL E ANUAL APÓS REPACTUAÇÃO 2014.				
Categoria	Qde. postos	Diferença Unitária Mensal da Fatura	Diferença Total Mensal da Fatura	Diferença Total Anual da Fatura
COZINHEIRO - LOTE 02	415	353,09	146.532,35	1.611.855,85
COZINHEIRO - LOTE 04	468	352,73	165.077,64	1.815.854,04
TOTAL			311.609,99	3.427.709,89

Aplicando-se os valores corrigidos das Planilhas de Custos, conforme PT nº 02 (24117759), o referido cálculo corrigido encontra-se a seguir:

VALORES PRATICADOS À ÉPOCA				
				Valor Total Mensal

Categoria	Qde.postos	Valor Mensal Unitário por Categoria Apurado	Valor Total Mensal Apurado	Valor Mensal Unitário por Categoria Ajustado/Corrigido	Valor Total Mensal Ajustado/Corrigido
COZINHEIRO - LOTE 02	415	3.281,24	1.361.714,60	R\$ 3.255,65	R\$ 1.351.094,75
COZINHEIRO - LOTE 04	468	3.277,75	1.533.987,00	R\$ 3.252,19	R\$ 1.522.024,92
TOTAL			2.895.701,60		R\$ 2.873.119,67
VALORES CONSIDERADOS CONFORME A CCT SINDISERVIÇOS/DF 2014.					
Categoria	Qde.postos	Valor Unitário por Categoria Apurado	Valor Total Mensal Apurado	Valor Unitário por Categoria Ajustado/Corrigido	Valor Total Mensal Ajustado/Corrigido
COZINHEIRO - LOTE 02	415	3.634,33	1.508.246,95	R\$ 3.597,81	R\$ 1.493.091,15
COZINHEIRO - LOTE 04	468	3.630,48	1.699.064,64	R\$ 3.594,00	R\$ 1.681.992,00
TOTAL			3.207.311,59		R\$ 3.175.083,15
DIFERENÇA MENSAL E ANUAL APÓS REPACTUAÇÃO 2014.					
Categoria	Qde. postos	Diferença Unitária Mensal da Fatura Apurada	Diferença Total Mensal da Fatura Apurada	Diferença unitária mensal por categoria Ajustada/Corrigida	Diferença Total Mensal da Fatura Ajustada/Corrigida
COZINHEIRO - LOTE 02	415	353,09	146.532,35	R\$ 342,16	R\$ 141.996,40
COZINHEIRO - LOTE 04	468	352,73	165.077,64	R\$ 341,81	R\$ 159.967,08
TOTAL			311.609,99		R\$ 301.963,48

Destarte, o valor do pagamento a maior a ser ressarcido é de **R\$ 54.654,64 (cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, apurado de acordo com o cálculo constante no doc SEI nº 44902048:

Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado/Pago	Subtotal Ajustado/Corrigido
381	08.05 a 20.05.2014	137.916,03	R\$ 130.850,84
	21.05 a 20.06.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.06 a 20.07.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.07 a 20.08.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.08 a 20.09.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.09 a 18.10.2014	290.835,99	R\$ 281.832,58
	TOTAL	1.675.191,98	R\$ 1.620.537,34
DIFERENÇA PAGA A MAIOR		R\$ 54.654,64	

B - NOTA FISCAL Nº 370:

Observa-se que a referida Nota Fiscal já encontra-se referenciada no rol de apuração de prejuízo do PT nº 03 - fl.31. Contudo, o valor (R\$ 382.815,60) é distinto ao da nota fiscal anteriormente referenciada sob o nº 370, razão pela qual verificando que os dados no SIGGO não foram capazes de identificar a Nota Fiscal com a referida numeração, entramos em contato com a empresa que nos informou que, pelo **valor e a data do pagamento, o número correto da NF é 730 e não 370.**

O valor total informado para a NF é de R\$ 3.520.904,16 (três milhões, quinhentos e vinte mil novecentos e quatro reais e dezesseis centavos) que, deduzidos os encargos no valor de 17% resultou no valor líquido de R\$ 2.922.350,45 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos). O montante se refere à repactuação do período de janeiro a setembro de 2016, pago por meio de Restos a pagar não processados em 2017. Não foi possível localizar/identificar o processo a que se refere a referida Nota Fiscal. Contudo, adotando-se o Papel de Trabalho nº 02 (24117759) e nº 03 (24117903), obtivemos o valor de **R\$ 82.631,84 (oitenta e dois mil seiscentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos)** pagos a maior na referida Nota Fiscal, proporcionalmente à correção/aplicação das Planilhas de Custos devidamente corrigidas:

Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado	Subtotal Ajustado/Corrigido
730	fev/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	mar/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	abr/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	mai/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	jun/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	jul/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	ago/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	set/16	R\$ 440.108,34	R\$ 429.784,04
	TOTAL	R\$ 3.520.866,72	R\$ 3.438.272,32
	VALOR CONSIDERADO	R\$ 3.520.904,16	
DIFERENÇA PAGA A MAIOR		R\$ 82.631,84	

C - A NOTA FISCAL 123 – DOC SEI Nº 44902250:

Tem como valor total o montante de R\$ 1.004.654,00 (um milhão, quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais). Refere-se a valores parciais das

diferenças apuradas com a Repactuação de 2014 – Períodos de 01/02 a 07/05/2014. Os valores e quantitativos apurados para o pagamento, são os mesmos que os indicados para a Nota Fiscal nº 381, anteriormente exposto. Assim, verifica-se a devida apuração a seguir dos valores a ressarcir/pagos a maior no montante de **R\$ 28.305,41 (vinte e oito mil trezentos e cinco reais e quarenta e um centavos)**, considerando que o cálculo do pagamento foi no montante de **R\$ 1.004.654,00 (um milhão, quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais)** e não de **R\$ 1.007.538,97 (um milhão, sete mil quinhentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos)**, senão vejamos:

Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado/Pago	Subtotal Ajustado/Corrigido
123	01.02 a 20.02.2014	207.739,99	R\$ 201.308,99
	21.02 a 20.03.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.03 a 20.04.2014	311.609,99	R\$ 301.963,48
	21.04 a 07.05.2014	176.578,99	R\$ 171.112,64
	TOTAL	1.007.538,97	R\$ 976.348,59
	VALOR CONSIDERADO	R\$ 1.004.654,00	
	DIFERENÇA PAGA A MAIOR	R\$ 28.305,41	

D - NOTA FISCAL Nº 177 (PARTE):

Não foi possível identificar o valor total da referida Nota Fiscal e nem os autos em que fora liquidada a referida despesa. Contudo, observado o já exposto quando dos cálculos da Nota Fiscal nº 381, que trata de valores atinentes à repactuação do ano de 2014, verificamos que a diferença empossada para o período de 21/09 a 17/10/2014 é a seguinte:

Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado	Subtotal Ajustado/Corrigido
177	21/09 a 17/10/2014	270.061,99	R\$ 261.701,68
	TOTAL	270.061,99	R\$ 261.701,68
	VALOR CONSIDERADO	R\$ 262.827,68	
	DIFERENÇA PAGA A MAIOR	R\$ 1.126,00	

E - NOTA FISCAL 297 E A NOTA FISCAL 403:

São relacionadas à repactuação de 2015. Não foi possível identificar o processo e a região a que se refere, contudo, aplicando-se as correções constantes no Papel de Trabalho nº 02 (24117759), temos o que segue:

VALORES PRATICADOS À ÉPOCA					
Categoria	Qde.postos	Valor Mensal Unitário por Categoria Apurado	Valor Total Mensal Apurado	Valor Mensal Unitário por Categoria Ajustado/Corrigido	Valor Total Mensal Ajustado/Corrigido
COZINHEIRO - LOTE 02	415	R\$ 3.634,34	R\$ 1.508.251,10	R\$ 3.597,81	R\$ 1.493.091,15
COZINHEIRO - LOTE 04	468	R\$ 3.630,48	R\$ 1.699.064,64	R\$ 3.594,00	R\$ 1.681.992,00
TOTAL			R\$ 3.207.315,74		R\$ 3.175.083,15
VALORES CONSIDERADOS CONFORME A CCT SINDISERVIÇOS/DF 2015					
Categoria	Qde.postos	Valor Unitário por Categoria Apurado	Valor Total Mensal Apurado	Valor Unitário por Categoria Ajustado/Corrigido	Valor Total Mensal Ajustado/Corrigido
COZINHEIRO - LOTE 02	415	R\$ 4.014,47	R\$ 1.666.005,05	R\$ 3.968,77	R\$ 1.647.039,55
COZINHEIRO - LOTE 04	468	R\$ 4.010,23	R\$ 1.876.787,64	R\$ 3.964,57	R\$ 1.855.418,76
TOTAL			R\$ 3.542.792,69		R\$ 3.502.458,31
DIFERENÇA MENSAL E ANUAL APÓS REPACTUAÇÃO 2015					
Categoria	Qde. postos	Diferença Unitária Mensal da Fatura Apurada	Diferença Total Mensal da Fatura Apurada	Diferença unitária mensal por categoria Ajustada/Corrigida	Diferença Total Mensal da Fatura Ajustada/Corrigida
COZINHEIRO - LOTE 02	415	R\$ 380,13	R\$ 157.753,95	R\$ 370,96	R\$ 153.948,40
COZINHEIRO - LOTE 04	468	R\$ 379,75	R\$ 177.723,00	R\$ 370,57	R\$ 173.426,76
TOTAL			R\$ 335.476,95		R\$ 327.375,16

Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado	Subtotal Ajustado/Corrigido
297	25 dias fev/2015	279.564,13	R\$ 272.812,63
	TOTAL	279.564,13	R\$ 272.812,63
	VALOR CONSIDERADO	R\$ 278.445,43	
	DIFERENÇA PAGA A MAIOR	R\$ 5.632,80	
Nota Fiscal	Período	Subtotal Apurado	Subtotal Ajustado/Corrigido
403	março a maio/2015 (2 meses e 15 dias)	838.692,38	R\$ 818.437,90
	TOTAL	838.692,38	R\$ 818.437,90
	VALOR CONSIDERADO	R\$ 835.335,99	
	DIFERENÇA PAGA A MAIOR	R\$ 16.898,09	

F - NOTA FISCAL 608

É relacionada à repactuação de 2013, do período de 04/02/2013 a 20/04/2013. Quanto aos cálculos, encontramos o contido no doc. SEI nº 42297556, que consignamos aos autos, relacionado aos cálculos de apuração das diferenças pagas, o que a seguir compilamos:

LOTE	CRE	QDE DE FUNCIONÁRIOS	DIFERENÇA UNITÁRIA APURADA	2 MESES E 16 DIAS
2	GAMA	83	495,74	R\$104.237,60
	RECANTO DAS EMAS	103	495,74	R\$129.355,09
	SAMAMBAIA	163	495,74	R\$204.707,57
	S. MARIA	65	495,74	R\$81.631,85
4	PLANALTINA	222	495,22	R\$278.511,73
	PARANOÁ	151	495,22	R\$189.438,16
	S. SEBASTIÃO	95	495,22	R\$119.182,95
TOTAL				R\$1.107.064,94

Aplicando-se os valores corrigidos das Planilhas de Custos, conforme PT nº 02 (24117759), o referido cálculo corrigido encontra-se a seguir:

LOTE	CRE	QDE DE FUNCIONÁRIOS	DIFERENÇA UNITÁRIA APURADA	2 MESES E 16 DIAS
2	GAMA	83	480,31	R\$100.993,18
	RECANTO DAS EMAS	103	480,31	R\$125.328,89
	SAMAMBAIA	163	480,31	R\$198.336,01
	S. MARIA	65	480,31	R\$79.091,05
	TOTAL PARCIAL			R\$503.749,13
4	PLANALTINA	222	479,82	R\$269.850,77
	PARANOÁ	151	479,82	R\$183.547,14
	S. SEBASTIÃO	95	479,82	R\$115.476,68
TOTAL PARCIAL				R\$568.874,59
TOTAL				R\$1.072.623,72

Assim, a diferença do valor total apurado da nota fiscal nº 608 é de R\$ 34.441,22 (trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).

Quanto à apuração final, temos:

NOTA FISCAL	VALOR DA DIFERENÇA
381	R\$ 54.654,64
730	R\$ 82.631,84
123	R\$ 28.305,41
177	R\$ 1.126,00
297	R\$ 5.632,80
403	R\$ 16.898,09
608	R\$ 34.441,22
TOTAL	R\$ 223.690,00

2.1.3.3. Pagamentos realizados em quantitativo superior ao Valor Líquido Calculado, no montante de R\$ 2.235.716,47 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), A SEREM JUSTIFICADOS PELA SEDF, relativos a 519 notas fiscais, conforme levantamento de Ordens Bancárias realizado no SIGGO que totalizaram R\$ 167.310.166,88 (cento e sessenta e sete milhões, trezentos e dez mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), a despeito de o Valor Líquido Calculado somar o montante de R\$ 165.074.450,41 (cento e sessenta e cinco milhões, setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos) (Planilha 'Cálculo de Pagamentos Efetuados a Maior').

Quanto aos pagamentos apontados com indícios de irregularidades, verifica-se que a Unidade de Controle Interno promoveu, por meio do Relatório de Auditoria nº 2/2020 - SEE/GAB/UCI (43397812), a análise e conferência das Notas Fiscais do período de 2011 a 2017 referentes aos pagamentos efetuados na execução do Contrato 58/2011, com base no no Papel de Trabalho nº 03 (PT 03 TCDF 24117903).

A apuração constatou o repasse a maior no valor total de **R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos)**, além de valores pagos a menor no montante de **R\$ 2.060.588,69 (dois milhões, sessenta mil quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos)** entretanto, esse valor contempla a quantia de **R\$ 1.502.552,78 (um milhão, quinhentos e dois mil quinhentos**

e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) concernente a não retenção dos tributos (INSS/ ISS/ IRPJ) e que não é devida à empresa. Portanto, o valor referente ao repasse a menor à prestadora dos serviços é de R\$ 632.885,14 (seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).

Nesses termos, esta área técnica **ratifica** a análise e os cálculos apresentados pela Unidade de Controle consignados no Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI.

4. 2.1.4. ITEM DODESPACHO - SEE/SUAG (42538155): IV - "DETERMINAR À SEDF AS SEGUINTE AÇÕES, GARANTINDO O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA À EMPRESA CONTRATADA, DEVENDO SER ENCAMINHADO AO TRIBUNAL, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, INFORMAÇÕES ACERCA DAS MEDIDAS ADOTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:"

Instada a se manifestar (42355040), a empresa expõe, através da Carta nº 413/2020 (44282043), os seguintes "créditos" pendentes de pagamento e passíveis de compensação dos valores pagos a maior em função do Contrato nº 58/2011:

I - Pagamentos realizados em atraso, onde incide a devida correção monetária, relacionado à contraprestação pecuniária mensal dos serviços contratados (atraso verificado considerando o prazo de liquidação e pagamento de 30 dias) - Anexo 1 - R\$1.123.362,30 (um milhão, cento e vinte e três mil trezentos e sessenta e dois reais e trinta centavos);

Verifica-se que o assunto encontra-se em análise nos autos do Processo nº 00080-00109111/2018-20, no qual esta área técnica emitiu o Despacho nº 14452170 apreciando o pedido da empresa e os valores que são de fatos devidos à então contratada.

Em consonância com a análise proferida por esta Gerência, a empresa apresentou pedido atualizado (44282043) instruído com as memórias de cálculos respectivas, apontando o valor total de suposto crédito no valor de R\$ 1.123.362,30 (um milhão, cento e vinte e três mil trezentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), atualizado até a data de 31/05/2018.

Diante da nova petição, conclui-se que o valor devido referente à correção monetária por atrasos nos pagamentos realizados pela SEDF, resultou no montante de R\$ 928.158,31 (novecentos e vinte e oito mil cento e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos), conforme exame consignado na Planilha GEST (49007372).

II - Pagamentos a menor e/ou decorrentes de valores indevidamente retidos da contraprestação pecuniária mensal (para fins de ressarcimento/devolução), referentes às multas incidentes no INSS por retenção em atraso por parte da própria SEDF, devidamente atualizado - Anexo 2 - R\$492.942,00 (quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e dois reais);

Após exame, conclui-se que o valor total devido é de R\$ 264.122,66 (duzentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme observa-se da Planilha GEST (49007528).

III - Planilha de Repactuações concedidas em atraso, onde incide a devida correção monetária, relacionado ao período de 2012 a 2016 (atraso verificado considerando o prazo de liquidação e pagamento de 60 dias a partir do pleito) - Anexo 3 R\$ 377.364,63 (trezentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Conforme análise técnica executada pela então Gerência de Execução e Fiscalização de Serviços Terceirizados (14434840 e 14452170) o valor devido à empresa decorrente da situação em apreço é de R\$ 377.364,63 (trezentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

5. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, e após apresentadas as devidas justificativas e esclarecimentos pertinentes à matéria, conclui-se que o valor total devido à empresa, considerando a compensação de créditos relacionados ao contrato 58/2011 é de R\$ 356.330,88 (trezentos e cinquenta e seis mil trezentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), conforme compilado:

DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT)	R\$ 1.563.529,26	VALORES PAGOS A MENOR	R\$ 632.885,14
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 381	R\$ 54.654,64	CORREÇÃO MONETÁRIA PAGAMENTOS EM ATRASO	R\$ 928.158,31
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 730	R\$ 82.631,84	MULTA INSS	R\$ 264.122,66
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 123	R\$ 28.305,41	CORREÇÃO MONETÁRIA REPACTUAÇÕES CONCEDIDAS EM ATRASO	R\$ 377.364,63
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 177	R\$ 1.126,00	DIFERENÇA REPACTUAÇÃO 2017 (00080-00160401/2018-67)	R\$ 2.165.321,64
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 297	R\$ 5.632,80		
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 403	R\$ 16.898,09		
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 608	R\$ 34.441,22		
PAGAMENTOS REALIZADOS EM QUANTITATIVO SUPERIOR AO LÍQUIDO CALCULADO	R\$ 2.224.302,24		
TOTAL	R\$ 4.011.521,50	TOTAL	R\$ 4.367.852,38
DIFERENÇA DEVIDA À EMPRESA: R\$ 356.330,88			

Nesses termos, a prestadora de serviços será notificada visando à assegurar o direito ao contraditório e ampla defesa.

Encaminhamos os autos para ciência e demais providências."

Salienta-se, conforme Documentos SEI nº 49648729 e 49648930 (Ofício Nº 315/2020 - SEE/SUAG/DICOS/GEST e e-mail), que em atendimento à Decisão nº 1994/2019 e em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, a empresa G & E Serviços Terceirizados Ltda foi notificada sobre os valores a serem retidos/glosados conforme tabela constante do Ponto 5 do Despacho SEI nº 49007728. Informa-se, ainda, que **os valores a serem ressarcidos ao erário serão atualizados monetariamente na data do pagamento.**

Por fim, tão logo ocorra glosa/retenção, conforme conclusão do Despacho SEI nº 49007728, serão encaminhados os documentos comprobatórios para o Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF.

Destacamos, por oportuno, que alguns documentos apontados no presente ofício já foram enviados a este Colendo Tribunal através do Ofício Nº 51/2020 - SEE/GAB/ASTEC, quais sejam (Docs. SEI nºs): 46254848, 46097347, 46087003, 43397812, 42621506, 42538155, 43425625, 42765499, 47003797, 46990999, 43936049 e 34714880.

Reiteramos, ainda, que esta Secretaria de Educação encontra-se à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA

Secretário-Executivo de Educação do Distrito Federal ¹

¹ Conforme delegação de competência na Portaria nº 314, de 10 de setembro de 2019, Art. 13, inciso IV.

A Sua Excelência, a Senhora

Conselheira **ANILCÉIA MACHADO**

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Brasília - DF

ANEXOS:

Documento	Código Verificador (Doc. SEI/GDF)	Código CRC
Despacho - SEE/SUAG/DICOS/GEST	49007728	1352A953
Ofício Nº 315/2020 - SEE/SUAG/DICOS/GEST	49648729	
E-mail	49648930	
Planilha de Pagamento n.º 49007528/2020 - SEE/SUAG/DICOS/GEST	49007528	87750471
Planilha de Pagamento n.º 49007372/2020 - SEE/SUAG/DICOS/GEST	49007372	C1AC7018
Despacho - SEE/GAB/UCI	47830896	A5594F47

Despacho - SEE/GAB/UCI	47122964	CA6E0F90
Ofício Nº 51/2020 - SEE/GAB/ASTEC	47006406	32BD87E4
Despacho - SEE/GAB/UCI	46602445	B7579A1F
Nota Fiscal 123 E CÁLCULO - RELATÓRIO	44902250	
Memória de Cálculo diferenças NF 381	44902048	
Memória de Cálculo NF 381	44900025	
Pagamento NF 1278/1280/1282/1284/1286/1288/1290	42380231	
Pagamento NF 1199-1205	42372097	
Pagamento NF 1097-1103	42364795	
Pagamento NF 997 - 1003	42363706	
Pagamento NF 1042 a 1048	42360582	
Pagamento NF 1146 A 1152	42359123	
Comprovante DOC 06 REPACTUAÇÃO 2011-2012 SEM PGTO	42359070	
Comprovante DOC 07 DIF RETROATIVA VT	42358968	
Ata SUAG 2017 ABONO DE FALTAS	42358813	
Pagamento NF 947-953	42358606	
Relatório pgto NF - 143-149	42358332	
Requerimento CORREÇÃO MONETÁRIA PGTO ATRASO DOC 1 P2	42328329	
Requerimento correção monetária pgto em atraso DOC 1 P.1	42328179	
Requerimento DOC 04 EMPRESA pedido de pagto período de recesso	42328051	
Comprovante DOC 3 das alegações de glosas indevidas	42327212	
Resposta pedido da empresa de valores a compensar	42320731	
Ata acordo de pagamento sem retenção de impostos	42317716	
Comprovante cálculo base NF 608	42297556	
Despacho - SEE/GAB/UCI	42016709	F346A358
Ofício Nº 141/2020 - SEE/GAB	35651297	1603C4D4
Ofício SEI-GDF Nº 2322/2019 - SEE/GAB	28375154	BAD3AA67
Despacho SEI-GDF SEE/GAB/UCI	27534202	7F24D7DB
Despacho SEI-GDF SEE/SUAG/COREL/DICOS/GEFIST	27033944	9597A89F
Despacho SEI-GDF SEE/SUAG/COFIC/DICOF/GEF	25039640	2D762953
Despacho SEI-GDF SEE/SUAG/COFIC/DICOT/GCONT	24691143	8A8DE0AC
NOTA FISCAL Nº 381 - DOC SEI Nº 2006926	49638822	



Documento assinado eletronicamente por **FABIO PEREIRA DE SOUSA - Matr. 0038772X**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 27/10/2020, às 16:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **49742355** código CRC= **A883388C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
 SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF
 3901-8149
 Site: - www.se.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Assessoria Técnica

Ofício Nº 176/2021 - SEE/GAB/ASTEC

Brasília-DF, 21 de janeiro de 2021.

Assunto: Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, reportamo-nos à **Decisão nº 1994/2019 (24116934)**, exarada nos autos do **Processo n.º 6040/2017-e**, que trata da Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017, senão veja-se:

Decisão nº 1994/2019

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, e dos documentos acostados aos autos (peças 50, 56 e 62 a 73); b) dos documentos protocolados nesta Corte sob os e-DOCs nºs. 2491BEAB-c e 6DC6F61B-c, apresentados pela representante legal da empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; II – considerar: a) cumprido o item II.n da Decisão nº 5.644/2017; b) não cumpridos os itens II.a e V da Decisão nº 5.644/2017; III – reiterar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF as seguintes determinações, devendo ser encaminhadas ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas adotadas e dos resultados alcançados: a) o item II.a da Decisão nº 5.644/2017, para que regularize as designações dos coexecutores de cada Regional de Ensino para os Contratos listados na Tabela 1 da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria; b) o item II.j da Decisão nº 5.644/2017, para que implemente, quando da renovação contratual, a operacionalização de conta corrente vinculada para retenção provisória de encargos trabalhistas nos contratos de terceirização vigentes, bem como naqueles que vierem a ser celebrados; c) o item V da Decisão nº 5.644/2017, para que proceda à restituição ao erário do montante de R\$ 1.563.529,26, decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale transporte quando das repactuações contratuais, no âmbito do Contrato nº 58/2011, conforme levantamento realizado no Papel de Trabalho – PT 03; IV – determinar à SEDF as seguintes ações, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa à Empresa Contratada, devendo ser encaminhado ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas adotadas e resultados alcançados: a) adote, por intermédio de sua Unidade Controle Interno – UCI, medidas com vistas a quantificar e restituir ao erário o dano relativo à aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações contratuais, incidente sobre as Notas Fiscais detalhadas na Tabela 9 da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, utilizando a metodologia descrita no PT 03; b) reveja, por intermédio de sua UCI, todos os pagamentos realizados à Empresa G&E no âmbito do Contrato nº 58/2011, visto que há indícios de ocorrência de pagamentos indevidos em valor superior ao devido no montante de R\$ 2.235.716,47, conforme demonstrado no PT 03; c) abstenha-se de efetuar o pagamento da diferença da repactuação referente ao exercício de 2017, no âmbito do Contrato nº 58/2011, devido a

inconsistências nas planilhas de custos, refazendo o cálculo conforme metodologia descrita no PT 04, adotando, previamente, as medidas necessárias para garantir a restituição ao erário dos débitos decorrentes das irregularidades identificadas, conforme itens III.c, IV.a e IV.b da Decisão nº. 5644/2017; V – esclarecer à SE/DF que, à luz do princípio da eficiência, anotado no art. 37 Constituição Federal, as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal não representam mera sugestão, cuja implementação é deixada ao alvedrio do destinatário da medida, devendo ser atendidas pelos gestores nos mesmos prazos anotados por esta Corte de Contas, sendo apenas facultado aos seus destinatários optar por meios diferentes daqueles recomendados, desde que comprovem o atingimento dos mesmos objetivos e resultados originalmente perseguidos pelo Tribunal; VI – autorizar o encaminhamento de cópia à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e à Empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.: a) da Informação nº. 32/2018 – 3ª Divisão/Secretaria de Auditoria, dos PTs 01 a 04 (peças 70 a 73), bem como dos levantamentos realizados no PT 03 em formato de planilha eletrônica; b) desta decisão e do relatório/voto do Relator; VIII – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para as providências de sua alçada."

Neste sentido, a supramencionada decisão foi direcionada de imediato às áreas técnicas desta Pasta para ciência e providências, objetivando o cumprimento integral das determinações da decisão supramencionada, sendo posteriormente, enviado a este Colendo Tribunal de Contas o Ofício SEI nº 532/2020 - SEE/GAB/ASTEC, por meio do qual informamos o que abaixo segue:

"(...)

Salienta-se, conforme Documentos SEI nº49648729 e 49648930 (Ofício Nº 315/2020 - SEE/SUAG/DICOS/GEST e e-mail), que em atendimento à Decisão nº 1994/2019 e em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, a empresa G & E Serviços Terceirizados Ltda foi notificada sobre os valores a serem retidos/glosados conforme tabela constante do Ponto 5 do Despacho SEI nº49007728. Informa-se, ainda, que **os valores a serem ressarcidos ao erário serão atualizados monetariamente na data do pagamento.**

Por fim, tão logo ocorra glosa/retenção, conforme conclusão do Despacho SEI nº 49007728, serão encaminhados os documentos comprobatórios para o Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF.

.(...)"

Diante disto, serve o presente ofício para complementar as informações outrora repassadas a esta Colenda Corte de Contas por meio do Ofício SEI nº 532/2020 - SEE/GAB/AESP (Doc SEI nº 49742355), em especial para trazer a seguinte manifestação da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, consolidada no Despacho SEI nº 54198955, senão veja-se:

"Trata-se de demanda consolidada através das **Decisões nº 5644/2017 e 1994/2019**, exaradas nos autos do **Processo n.º 6040/2017-e**, que trata da "Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de examinar a execução, os pagamentos e as repactuações dos contratos de serviços de vigilância e de cocção de alimentos, vigentes nos exercícios de 2016 e 2017".

Visando atender à integralidade do exarado nas Decisões em comento, a Gerência de Execução de Serviços Terceirizados emitiu o Despacho - SEE/SUAG/DICOS/GEST 49007728), por meio do qual procedeu-se às justificativas e esclarecimentos pertinentes à matéria, realizando o levantamentos de valores a ressarcir ao erário e valores devidos à empresam, considerando a possibilidade de compensação de créditos relacionados ao Contrato nº 58/2011, conforme reproduzido:

VALORES A RESSARCIR AO ERÁRIO		VALORES DEVIDOS À EMPRESA	
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT)	R\$ 1.563.529,26	VALORES PAGOS A MENOR	R\$ 632.885,14
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 381	R\$ 54.654,64	CORREÇÃO MONETÁRIA PAGAMENTOS EM ATRASO	R\$ 928.158,31
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO	R\$ 27.621,91	MULTA INSS	R\$ 761.177,66

INCORRETA 6% VT) - NF 730	R\$ 28.305,41	CORREÇÃO MONETÁRIA REPARAÇÕES	R\$ 377.364,63
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 123	R\$ 1.126,00	DIFERENÇA REPARAÇÃO 2017 (00080-00160401/2018-67)	R\$ 2.165.321,64
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 177	R\$ 5.632,80		
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 297	R\$ 16.898,09		
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 403	R\$ 34.441,22		
DANO AO ERÁRIO (APLICAÇÃO INCORRETA 6% VT) - NF 608	R\$ 2.224.302,24		
PAGAMENTOS REALIZADOS EM QUANTITATIVO SUPERIOR AO LÍQUIDO CALCULADO	R\$ 2.224.302,24		
TOTAL	R\$ 4.011.521,50	TOTAL	R\$ 4.367.852,38
DIFERENÇA DEVIDA À EMPRESA: R\$ 356.330,88			

Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, a empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA foi notificada acerca dos valores apurados, através do Ofício/GEST nº 315 (49493825), ao qual apresentou a resposta por intermédio da Carta Nº 625/2020 (51531557).

Em suma, a prestadora de serviços aduz que considera devido os valores referentes aos erros materiais e dos valores de Vale Transporte, contudo, **discorda** dos valores relativos aos pagamentos realizados em quantitativo superior ao líquido calculado, no montante de R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos).

Conforme as razões expostas em sua Carta, a empresa requer:

a) **REVISAR** o entendimento dos valores definidos como devidos pela empresa referente a rubrica "pagamentos realizados em quantidade superior ao líquido calculado, para o valor de **R\$ 381.758,48 (trezentos e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, conforme demonstrado; e

b) **RECONHECER E PAGAR** o valor de **R\$ 2.874.435,22 (dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos)**, nos termos da Planilha de Cálculos em Anexo, e a compensação aqui explicitada;

Ressalta-se que a questão relativa aos pagamentos realizados em quantitativo superior ao líquido calculado foi apreciada no **item 2.1.3.3** do Despacho/GEST (49007728), nos seguintes termos:

2.1.3.3. Pagamentos realizados em quantitativo superior ao Valor Líquido Calculado, no montante de R\$ 2.235.716,47 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), A SEREM JUSTIFICADOS PELA SEDF, relativos a 519 notas fiscais, conforme levantamento de Ordens Bancárias realizado no SIGGO que totalizaram R\$ 167.310.166,88 (cento e sessenta e sete milhões, trezentos e dez mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), a despeito de o Valor Líquido Calculado somar o montante de R\$ 165.074.450,41 (cento e sessenta e cinco milhões, setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos) (Planilha 'Cálculo de Pagamentos Efetuados a Maior').

Quanto aos pagamentos apontados com indícios de irregularidades, verifica-se que a Unidade de Controle Interno promoveu, por meio do Relatório de Auditoria nº 2/2020 - SEE/GAB/UCI (43397812), a análise e conferência das Notas Fiscais do período de 2011 a 2017 referentes aos pagamentos efetuados na execução do Contrato 58/2011, com base no no Papel de Trabalho nº 03 (PT 03 TCDF 24117903).

A apuração constatou o repasse a maior no **valor total de R\$ 2.224.302,24 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos)**, além de valores pagos a menor no montante

de R\$ 2.060.588,69 (dois milhões, sessenta mil quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos) entretanto, esse valor contempla a quantia de R\$ 1.502.552,78 (um milhão, quinhentos e dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) concernente a não retenção dos tributos (INSS/ ISS/ IRPJ) e que não é devida à empresa. Portanto, o valor referente ao repasse a menor à prestadora dos serviços é de R\$ 632.885,14 (seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).

Nesses termos, esta área técnica **ratifica** a análise e os cálculos apresentados pela Unidade de Controle consignados no Relatório de Auditoria n.º 2/2020 - SEE/GAB/UCI.

Em face ao exposto, encaminham-se os autos à **GEST/DICOS** para conhecimento e exame dos argumentos apresentados pela empresa e emissão de parecer conclusivo quanto aos valores decorrentes da situação em apreço.

Já no tocante ao item III, "c", da Decisão nº 1994/2019, reproduzido a seguir:

III – reiterar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF as seguintes determinações, devendo ser encaminhadas ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas adotadas e dos resultados alcançados:

c) o item V da Decisão nº 5.644/2017, **para que proceda à restituição ao erário do montante de R\$ 1.563.529,26, decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale transporte quando das repactuações contratuais**, no âmbito do Contrato nº 58/2011, conforme levantamento realizado no Papel de Trabalho – PT 03;

Consigna-se que o assunto foi tratado no **item 2.1.3.1** do Despacho/GEST (49007728):

2.1.3.1. Dano ao erário quantificado no montante de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos) decorrente da aplicação incorreta do desconto de 6% da remuneração dos cozinheiros sobre o gasto de vale-transporte quando das repactuações referentes às Convenções Coletivas de Trabalho de 2011/2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 e posterior execução e pagamento contratual.

Conforme explanado no mencionado despacho e, em breve síntese, consigna-se que o cálculo do prejuízo decorrente das repactuações incorretas (Vale-Transporte) do Contrato nº 58/2011 - Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA EPP - Regiões: Lote 02: Santa Maria - Recanto das Emas - Samambaia e Gama; Lote 04: São Sebastião - Planaltina e Paranoá - , já foi devidamente realizado pelo próprio Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal, levando em consideração, inclusive, as glosas de valores da prestação de serviços, **onde restou comprovado o valor a maior pago à empresa no valor de R\$ 1.563.529,26 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), o que poderá ser devidamente ressarcido ao erário pela "compensação" de crédito relacionado ao Contrato nº 58/2011 , da forma como se discorrerá quando da análise do item IV, "a" da decisão sob análise, logo adiante.**

Quanto ao tema, cumpre-nos registrar que procedeu-se à restituição ao erário na forma determinada pelo e. Tribunal de Contas do DF, conforme instrução constante do processo SEI00080-00160401/2018-67, Despacho/SUAG (49552050), Despacho/GEF (49722468), 2020NL10832 (49832140), 2020NL10834 (49832359) e 2020NL10839 (49857092).

Nesses termos, encaminham-se os autos à **UCI** para conhecimento da liquidação em favor do Distrito Federal em cumprimento à Decisão nº 1994/2019.

(...)"

Portanto, de acordo com a exposição oriunda das áreas técnicas responsáveis,

encaminha-se para apreciação desta e. Corte de Contas, as informações, documentos e esclarecimentos complementares demandados a esta Pasta, em resposta à Decisão n.º 1994/2019.

Reiteramos, por fim, que esta Secretaria de Educação encontra-se à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA

Secretário Executivo de Educação do Distrito Federal ¹

¹Conforme delegação de competência na Portaria n.º 314, de 10 de setembro de 2019, Art. 13, inciso IV.

A Sua Excelência, o Senhor

Conselheiro **PAULO TADEU VALE DA SILVA**

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Brasília - DF

ANEXOS:

Documento	Código Verificador (Doc. SEI/GDF)	Código CRC
Despacho - SEE/SUAG	54198955	64E2AA3E
Carta G&E - Nº 625/2020	51531557	
Despacho - SEE/SUAG/DICOS/GEST	49007728	1352A953
Ofício/GEST nº 315	49493825	A94C69F5
Despacho - SEE/SUAG	49552050	54DF610A
Despacho - SEE/SUAG/DICOF/GEF	49722468	ED9BFE75
Detalhamento de Nota de Lançamento 2020NL10832	49832140	
Detalhamento de Nota de Lançamento 2020NL10834	49832359	
Detalhamento de Nota de Lançamento 2020NL10839	49857092	
Ofício Nº 532/2020 - SEE/GAB/ASTEC	49742355	A883388C



Documento assinado eletronicamente por **FABIO PEREIRA DE SOUSA - Matr. 0038772X, Secretário(a) Executivo(a)**, em 21/01/2021, às 18:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=54580725 código CRC= **2E0FEC2A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF
3901-8149

Site: - www.se.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Diretoria de Compras e Serviços
Gerência de Execução de Serviços Terceirizados

Ofício Nº 142/2021 - SEE/SUAG/DICOS/GEST

Brasília-DF, 25 de maio de 2021.

Senhor Diretor,

Assunto: Análise à contestação da G&E

Trata-se de notificação sobre apreciação da contestação (51531557), em que a empresa contesta a glosa de alguns valores.

Segue abaixo um quadro esquematizado relacionado o que foi constatado e a providência necessária para comprovar o que foi solicitado na contestação:

QUADRO DE ANÁLISE À CONTESTAÇÃO (51531557)				
Nº Ped	Nº NF	O que foi constatado	Providência necessária	Valor
1)	NF 610	A contratada alega ter pago o imposto após ter recebido a fatura integral. Conforme PP's, a SEDF comprova que pagou a fatura integral à contratada e também recolheu os impostos. Logo, a SEDF arcou com o custo dos impostos duas vezes.	A certidão não é suficiente para confirmar que a empresa pagou, pois a SEDF também pagou. Logo a certidão viria negativa de qualquer jeito. É necessário algum comprovante de pagamento dos impostos pela empresa.	57.472,51
2)	NF 120	A contratada alega ter pago o imposto após ter recebido a fatura integral. Conforme PP's, a SEDF comprova que pagou o INSS e também fez pagamento integral da fatura. Logo, houve pagamento em duplicidade do INSS.		88.220,59
3)	NF 143	A contratada alega ter pago o imposto após ter recebido a fatura integral.		41.395,02
4)	NF 144			66.726,30
5)	NF 147			58.632,25
6)	NF 148			93.194,42
7)	NF 149			137.014,32
8)	NF 119	A contratada alega que houve compensação das faltas de acordo com o acordo feito com o governo e sindicato.	Em análise ao processo de pagamento do período, verificou-se que não houve relatório mencionando tal compensação. Logo, é necessário que se apresente alguma documentação hábil a comprovar a compensação. Caso não seja apresentado, não será possível deferir o pedido.	1.031,97
9)	NF 364	A contratada alega que houve compensação das faltas de acordo com o acordo feito com o governo e sindicato.		149.338,28
	NF 365			94.741,48
	NF 366			228.021,90
	NF 368			218.155,98
	NF 369			83.500,98
	NF 370			263.070,44
10)	NF 121	A contratada pede revisão do valor, e que seja reduzido para 327.019,48, que corresponde a uma redução no valor de 135.587,41 no valor informado anteriormente.	O pedido pela contratada carece de detalhamentos, sobre como chegou a este valor. Não é possível entender o porquê da redução para 321.109,48. Necessitamos de uma informação com maior clareza.	462.606,89
11)	NF 165	Contratada está de acordo.	Sugiro que seja acatado.	39.300,52
	NF 168	Contratada está de acordo.		999,99
	NF 173	Contratada está de acordo.		16.143,53
	NF 466	Contratada está de acordo.		9.881,18

Encaminho a presente ofício para que a contratada apresente novos esclarecimentos e documentação hábil a comprovar suas alegações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Atenciosamente,

André Luiz Galdino Alves

Gerente

Ao Senhor Diretor

GUILHERME LEITE CASTELLO BRANCO

G & E Serviços Terceirizados Ltda

SAUS Quadra 04, Blocos A, Sala 734 – Edifício Victoria Office Tower

CEP: 70.070-938 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3447-2837

E-mail: guilherme@geservicos.com



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ GALDINO ALVES - Matr. 02399245, Gerente de Execução de Serviços Terceirizados**, em 27/05/2021, às 16:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **62608065** código CRC= **BEC5B438**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF

Site: - www.se.df.gov.br

00080-00063691/2017-11

Doc. SEI/GDF 62608065